



O Conselho de Defesa do Patrimônio Artístico e Cultural de Campinas (Condepacc) vai comunicar com mais rapidez suas decisões aos proprietários de imóveis. Hoje, quando é aberto um processo de tombamento o proprietário do prédio só toma conhecimento da decisão dos conselheiros 15 dias depois. O presidente do Condepacc, Ezequiel Theodoro da Silva, informou ontem, após a reunião extraordinária convocada para discutir a demolição de parte do Externato São João, que a entidade vai buscar mecanismos para tornar a informação mais rápida. "Queremos evitar que os proprietários destruam o patrimônio alegando desconhecimento de abertura de processo de tombamento", observou.

Na reunião de ontem, o Condepacc definiu que as medidas legais para apurar responsabilidades pela demolição de parte do externato já foram tomadas pelo membro do conselho, o arquiteto Antonio da Costa Santos, que na segunda-feira entrou com pedido de abertura de inquéritos civil e policial. "Achamos desnecessário que o Condepacc tomasse as mesmas medidas e corroboramos a iniciativa de Santos", disse o presidente do conselho.

A reunião foi tensa, comentou Ezequiel da Silva. Segundo observou, os conselheiros sentiram-se desprestigiados diante

da decisão do Externato São João em demolir uma parte do prédio, sem consulta à entidade preservacionista, um dia após o Condepacc ter aberto processo de tombamento para aquele imóvel.

Isso tudo, disse, leva à necessidade de desenvolver na cidade um sentimento preservacionista. "Acreditamos que temos de começar a trabalhar com as escolas, mostrando às crianças a importância da manutenção da memória cultural da cidade", comentou. O presidente do Condepacc disse que a direção do Externato São João pode até estar falando a verdade quando diz que desconhecia a existência de um processo de tombamento para o prédio. Mas o ex-presidente da entidade, Célio Turino observa que se a direção desconhecia a decisão da semana passada, tinha pleno conhecimento da necessidade de autorização prévia do Condepacc para fazer qualquer obra no local. "Em 1991, quando houve o tombamento do complexo ferroviário da Fepasa, enviei correspondência a todos os proprietários de imóveis na área envolvida informando que qualquer coisa que fossem fazer nos imóveis teria de ter autorização prévia do Condepacc. O Externato São João recebeu esse comunicado", disse.



*Conselheiros do Condepacc reunidos: medida adotada para evitar manobras de proprietários*